

Sociedade civil e mercado na Agenda 21: usos do poder local na construção pedagógica da hegemonia

Lídice de Barros Guerreiro¹

Resumo

O presente artigo problematiza os usos da participação social permeados pela perspectiva harmonizadora e conciliadora, permitindo abordagens dos conflitos sociais que responsabilizam igualmente sujeitos sociais. A potencialização tanto do capital natural como do capital humano, sob a lógica do consenso mercantilizado, pode ser funcional para manter um modelo econômico e social insustentável. Apresentada como inovadora e qualificadora de cidadania, utilizando processos educativos não formais, a Agenda 21 é incorporada como política pública para o desenvolvimento local sustentável. A realização de um estudo de caso – a elaboração do documento Agenda 21 Itaboraí – e de entrevistas com participantes do terceiro setor permitiu mapear a relação entre poder público, sociedade civil e mercado na elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável e os usos da Agenda 21, e sua metodologia consensualista, na política de relacionamento da empresa Petrobras visando à instalação do megaempreendimento COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro). Foi possível perceber as implicações da participação setorializada e fragmentada na construção de sociabilidades e de consensos que resultam no “esverdeamento” do capitalismo e na sustentabilidade subordinada ao mercado.

Palavras-chave: participação social; sociedade civil; Agenda 21 Local.

¹ Cientista Social/UFRJ e Mestre em Educação pela UFRJ; docente da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Secretaria de Ciência e Tecnologia/RJ). E-mail: lidguer@gmail.com.

Abstract

This article discusses the uses of social participation permeated by a harmonizing and conciliatory perspective, allowing approaches of the social conflicts which equally accounts social subjects. The potentiation of both the natural capital and human capital, under the logic of commodified consensus, can be functional to maintain an economic and social unsustainable model. Presented as innovative and qualifier for citizenship, using non-formal educational processes, Agenda 21 is incorporated as a public policy for sustainable local development. Conducting a case study - the development of the document Agenda 21 Itaboraí – and the interviews with participants of the third sector, allowed to map the relationship between and interviews with government, market and civil society in the preparation of the Local Plan for Sustainable Development and the uses of Agenda 21 and its methodology consensualist the political relationship of company Petrobras in order to install the megaempreendimento COMPERJ (Petrochemical Complex of Rio de Janeiro). It was possible to realize the implications of sectorized and fragmented participation in building consensus and sociability that results in the “greening” of capitalism and sustainability subordinated to the market.

Keywords: *social participation, civil society, local Agenda 21.*

Introdução

As questões ambientais, principalmente nos países em desenvolvimento, convergem para – e se complementam com – demandas socioeconômicas, envolvendo a efetivação de direitos sociais como educação, trabalho, moradia, saúde, renda compatível com as reais necessidades da população. Neste sentido, as lutas e os conflitos socioambientais são portadores de elementos que desmistificam um modelo de desenvolvimento socioeconômico supostamente democrático, revelando diferenças sociais de acesso a bens, territórios e instrumentos de participação política.

O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988 contribuiu para a formação de um campo de atuação política ao responsabilizar tanto o poder público quanto a sociedade civil pelas ações em defesa e preservação do meio ambiente. Esse campo, em construção até os dias de hoje, é constituído por diversos atores sociais, organizados ou não.

Nele estão em disputa não apenas questões relativas ao meio ambiente, mas também políticas e sociais.

No campo dos conflitos socioambientais, diversas representações simbólicas e discursos sobre as causas da crise ecológica e soluções de curto e médio prazo estão em disputa, assim como a desigual distribuição dos impactos ambientais e sociais do presente modelo de desenvolvimento. Além do Estado, os movimentos sociais assumem o papel de protagonistas na construção de novas práticas econômicas e políticas mais justas, tanto nos aspectos ambientais como sociais. Esse processo tem demandado uma atuação qualificada da sociedade civil, que ultrapasse a superficialidade com que muitas vezes os problemas sociais são apresentados e supostamente resolvidos, incluindo as técnicas modernas de resolução negociada de conflitos e suas consequências muitas vezes despolitizadoras e desmobilizadoras dos problemas socioambientais.

Neste contexto insere-se a Agenda 21, documento resultante de um esforço coletivo da sociedade civil e vislumbrado como instrumento de planejamento participativo a partir de uma perspectiva de que a atuação de caráter local, envolvendo a população e demandas focalizadas, é sustentadora de uma eficiência na construção de políticas públicas.

O presente artigo apresentará um estudo de caso, a elaboração da Agenda 21 Local no Município de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, e sua utilização como instrumento estratégico para a política de responsabilidade socioambiental da empresa de petróleo Petrobras, baseado na percepção das comunidades envolvidas na construção da própria Agenda 21 Itaboraí, localidade impactada pela construção de um empreendimento: Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

A constituição de esferas de diálogos entre Estado e atores sociais, apresentadas como inovadoras e qualificadoras de cidadania, pode, em muitos casos, ser complementar à necessidade de o capital ter o controle sobre as modernas faces da força de trabalho no processo produtivo mundializado. Esse controle requer mediações de ordem cultural capazes de ressignificar categorias e relações sociais.

Sociedade civil e o agir local: a Agenda 21 e o Mercado

A partir da década de 1990 é possível perceber que novas demandas do sistema econômico mundial, relativas a uma reorganização para dar conta dos limites de exploração da natureza, reconfiguram novos atores e seus papéis no sistema produtivo. Nesse movimento, novas categorias são construídas ou rearticuladas. Entre elas o conceito de desenvolvimento, agora sustentável, que passa a incorporar as dinâmicas socioculturais na construção de um suposto novo modelo. A ideia de sustentabilidade que permeia essa “nova” visão defende a reorganização da sociedade em torno de valores que promovam a sustentabilidade e uma reapropriação de saberes para a gestão do meio ambiente e seus recursos. As mudanças propostas envolvem também uma reconfiguração das instituições e a criação de novos espaços de interlocução entre Estado e sociedade enquanto proposta de identificar as causas e os efeitos dos prováveis desequilíbrios em um sistema hipoteticamente harmonioso entre homem e natureza, passando pela suposta recuperação de um poder perdido pelos segmentos mais expostos a vulnerabilidades.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como RIO-92, na Cidade do Rio de Janeiro, consagrou o papel da sociedade civil organizada nas questões ambientais, movimento que se redesenhava, anteriormente à década de 1970, motivado, principalmente, por ações de resistência às ditaduras e de busca de novos formatos participativos. Assim, os chamados novos movimentos sociais se constituem como formas alternativas ou complementares aos movimentos tradicionais de luta de classes, sindicais, focados nas contradições das relações entre capital e trabalho (MONTAÑO, 2011).

Em 1992 é criada a Agenda 21 Global, contando com importante participação de organizações da sociedade civil. Dessa conferência resultaram também importantes acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. Um novo padrão de desenvolvimento permeia as propostas. O tema meio ambiente deve interligar-se ao econômico e ao social, resultando em eficiência econômica, conservação ambiental e justiça social.

A construção de sociedades sustentáveis deveria partir da interlocução da sociedade civil com as esferas locais do governo para lidar com os problemas do desenvolvimento social e econômico, como habitação, desemprego, poluição, exploração de recursos, entre outros. Neste sentido, a criação de uma cultura participativa e sustentável, envolvendo processos permanentes de sensibilização e capacitação dos setores sociais, seria complementar a uma reorganização dos sistemas de gestão pública, no sentido de horizontalizar as instâncias de decisão, tendo os municípios como lócus privilegiados dessa dinâmica e validação social das políticas públicas e de financiamento das mesmas.

A Agenda 21 Global é dividida em 40 capítulos. Este documento, considerado fruto de um amplo consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, vem inspirando práticas participativas no campo da educação formal e não formal. A construção da Agenda 21 Brasileira foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), criada em 1997 e ligada ao Ministério do Meio Ambiente. Apresenta como principal objetivo a “mudança dos padrões de consumo”, e para isso é preciso basicamente: i) “um exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo”; e ii) o “desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulos a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”. Sua proposta mitigadora revela-se ao responsabilizar a pobreza ou uma carência de conhecimentos por setores da população pela degradação e pressão ambiental (Agenda 21 Global, capítulo 4).²

Ao longo do documento Agenda 21 Global é possível perceber a perspectiva que defende a adoção de medidas para a proteção do meio ambiente e a adesão a uma consciência ambiental. Entretanto, tais medidas permanecem inseridas na lógica promotora de insustentabilidade, pois, sem romper com as contradições ambientais do modelo de desenvolvimento, incorrem na reificação da tecnologia e da eficiência como formas de reduzir o desperdício, e não diminuir a produção e o consumo. Assim sendo, afirma que:

² Agenda 21 Itaboraí. 2011. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>

a redução do volume de energia e dos materiais utilizados por unidade na produção de bens e serviços pode contribuir simultaneamente para a mitigação da pressão ambiental e o aumento da produtividade e competitividade econômica e industrial (Agenda 21 Global, capítulo 4).

A proposta da Agenda 21 – e sua dinâmica participativa – está inserida em debates e processos sociais, recorrentes ao longo das últimas décadas, que envolveram a busca por novos formatos e espaços participativos, tutelados ou não pela esfera estatal, tendo como protagonistas não mais as classes sociais e os partidos, mas atores com causas parcelares, particularizadas, setorializadas. Tal proposta confirmou uma tendência das novas formas de luta. Consagrou também, em certa medida, uma perspectiva de análise que divide a sociedade em três setores: primeiro, segundo e terceiro. O primeiro, o poder público, o Estado; o segundo, privado, o produtivo; e o terceiro integrado por organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs), incluindo os sindicatos, as associações comunitárias, as instituições de caridade, de filantropia, as ações solidárias e voluntárias enquanto iniciativas privadas originadas da sociedade civil.

A esfera de atuação dessa sociedade civil organizada, de acordo com esta perspectiva, está pautada na formação de parcerias entre diversos atores sociais a fim de construir novas respostas para as questões sociais, inclusive os conflitos socioambientais. Tais respostas não caberiam mais apenas ao Estado, como promotor e garantidor dos direitos. A construção de um discurso hegemônico acerca de uma crise do Estado e de supostas ineficiências das respostas econômicas para demandas, via escassez de recursos, que não seriam necessariamente de caráter econômico, nem políticos, mas sociais, de gestão, construiu um ideário que buscou naturalizar e legitimar justificativas, discursos e práticas elegendo como viáveis respostas técnicas, de gestão (a pobreza como uma questão técnica e não econômica) para problemas socioeconômicos.

A fim de promover e consolidar um padrão mais flexível de acumulação, desterritorializando o capital, mas mantendo garantias do fluxo dos lucros para as economias do centro do capitalismo, uma nova

sociabilidade é pensada e apresentada sob a forma de produção científica por teóricos, como Friedrich August Von Hayek, Anthony Giddens, Norberto Bobbio e Alan Wolfe, e por atores sociais diretamente interessados em consolidar o padrão de acumulação, entre eles as empresas transnacionais, instituições multilaterais – FMI, Banco Mundial, OMC, e BID³ – e as burguesias nacionais.

Esse novo padrão de sociabilidade propõe que os indivíduos se reconheçam como sujeitos dotados de uma flexibilidade necessária para compreender e interagir com especificidades que podem ser conjunturais (históricas/temporais) e locais (culturais). Situa-se aqui a construção de um sujeito atemporal e a-histórico, descontextualizado, mas apto para adaptar-se, destituído de uma historicidade que lhe permita compreender-se enquanto ser social, produto e produtor de relações sociais imersas em um conjunto maior, uma totalidade, de processos concretos de reprodução de existência permeados pela luta de classes.

Facilitar a adaptação das economias locais às mudanças e necessidades do capitalismo globalizado vem ressignificando o agir localmente. O foco no local, considerado esfera de atuação democratizadora das relações sociais e voltada para a gestão de recursos materiais, naturais e humanos mais participativa diante da proximidade das demandas da população, dos bairros e das associações de caráter local, tem sido amplamente submetido ao modelo de desenvolvimento globalizado que desterritorializa, reapropria simbolicamente territórios e reterritorializa (Haesbaert, 2006), ampliando a submissão de populações à dinâmica do capital.

Contemporaneamente, o conceito de sociedade civil tem adquirido contornos muitas vezes funcionais aos projetos hegemônicos de mercado. Tais contornos permitem atualizar e articular o papel da sociedade civil a partir da reificação das relações sociais mercantilizadas, assim como seu uso estratégico pelo mercado.

No debate acerca do papel do Estado na garantia de direitos e solução dos problemas sociais, uma instância harmonizadora e com pretensa neutralidade de interesses, embora específicos, a sociedade civil seria

³ Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

um importante instrumento de pressão para o atendimento de demandas específicas.

As práticas sociais e as escolhas, a partir dessa nova forma de sociabilidade na qual a sociedade civil é o campo de atuação, seriam/são determinadas por identidades de caráter essencialmente local, regional, fornecendo sentidos que, outrora, estavam descolados da realidade mais imediata. Este esforço nos é apresentado como uma contribuição na tentativa de reconstrução de um sujeito dotado de certa concretude e distinto de um sujeito abstrato. Isso configura uma pretensa universalidade de interesses dos sujeitos (interesses comuns, consensuais na preservação do meio ambiente, por exemplo), mas a partir da localidade.

De acordo com esta perspectiva, o fortalecimento da democracia local a partir de modelos de gestão do território e dos recursos públicos requer um tipo de envolvimento sob a forma de parcerias entre os diversos atores com suas potencialidades para “harmonizar” os interesses do mercado. As organizações não governamentais, enquanto entidades autorreguladas, consideradas independentes da lógica do Estado (visto como ator dotado de incapacidade para atender às necessidades locais) e do mercado (ator que utiliza a natureza de modo predatório), que, por esta condição, teriam a capacidade de conhecer e reconhecer as demandas de uma localidade, seriam mais capazes de desempenhar o papel de mediadoras entre os interesses antagônicos que colocam em lados opostos sociedade civil e Estado/mercado.

Os conflitos resultantes de formas de exploração inerentes ao sistema capitalista, produtoras e reprodutoras de pobreza e, conseqüentemente, apropriações e consumos desiguais dos recursos naturais, devem ser ressignificados enquanto estratégia para a construção de uma sociabilidade que se sustente como um padrão de resposta para as demandas do sistema produtivo tal qual, por exemplo, políticas públicas setorializadas, voltadas para um público específico e não mais uma universalização dos direitos.

Para André Martins, a proposta, acima citada, de se redefinir o papel do Estado e da sociedade civil se impôs como uma “redemocratização da democracia” e uma “repolitização da política” (MARTINS, 2009, p.1) no capitalismo contemporâneo mundializado. O fim das ditaduras e as

novas democracias representam o contexto no qual se configurou, a partir da década de 1980, a “transição conservadora” confirmando a hegemonia da classe burguesa, mas agora sob novos formatos participativos, em que a palavra civil, semanticamente despolitizada e despolitizadora, contrapõe-se dicotomicamente no ideário popular a tudo que faz referência ao Estado.

Essa perspectiva dual, e não dialógica, descontextualiza e mantém inalteradas as estruturas de dominação – concentração do capital, alienação do trabalho e extração de mais-valia. Sem uma profunda alteração nessas formas de dominação e diante de propostas modernizadoras para se repensar a ação estatal, incluindo a relação sociedade-natureza, conforme aponta nossa Constituição Federal no artigo 225 e legislações posteriores, a defesa de novas responsabilidades dos sujeitos pode ter uma funcionalidade na regulação dos conflitos.

Conforme observa Loureiro,

destacar a sociedade civil ou o Estado ou o mercado, como se fossem esferas independentes, facilita a despolitização do debate e a defesa romântica de ações pontuais como as capazes de gerar mudanças sistêmicas, desconsiderando a interdependência entre o local e o global, entre a ação voluntária e comunitária e a ação coletiva que resulte em políticas públicas universalizantes e democráticas (LOUREIRO, 2003, p. 55).

Em certo sentido, em contraposição ao conceito de cidadania liberal, que pressupõe um não conflito, uma harmonia, propõe-se o resgate de uma concepção de cidadania construtora de indivíduos portadores de autonomia, críticos e reflexivos (OLIVEIRA, 2001) com capacidade política para se constituírem protagonistas, na complexidade e no conflito de interesses, do desenvolvimento local. Conforme Acanda,

[enquanto] espaço de descoberta e concepção de formas mais amplas e profundas de realização da luta política, que enfatizam a ressocialização dos indivíduos e a construção de novas subjetividades (ACANDA, 2006, p. 49).

Negar a perspectiva do antagonismo de interesses em uma sociedade de classes, incluindo a causa ambiental, e defender uma perspectiva supraclassista, ao contrário do que possa parecer, não democratiza nem universaliza soluções. Ao confrontar organizações estatais e “sociedade civil”, deslocamo-nos do campo coletivo (o dos direitos) e inserimo-nos no reino do particular. Na divisão da sociedade em setores – setorialização –, o terceiro setor, assim chamada a sociedade civil organizada, estaria se fortalecendo. Segundo Montañó (2011), a instrumentalização da sociedade civil pelo capital torna este setor apto a

justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as lutas “contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”; criar a cultura/ideologia do “possibilismo”; reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego, produto da reestruturação produtiva; a localização e trivialização da “questão social” e a autorresponsabilização pelas respostas às suas sequelas (MONTAÑO, 2011, p. 307; grifos do autor).

Essa distorção ideológica permitirá que diversos setores da sociedade e seus múltiplos e antagônicos interesses – empresários, organizações multilaterais, sindicatos, poder público, acadêmicos, militantes, a população, organizações sociais – concebam e identifiquem a sociedade civil como espaço de construção de diálogos sob a perspectiva do consenso em uma pretensa harmonização dos interesses. A recorrência à construção de novas categorias não apenas como forma de estabelecer uma visão de mundo e de futuro comum e compartilhada, mas também de comportamentos considerados social e ambientalmente responsáveis – “consumo sustentável”, “parcerias”, “ação local”, “comunidade”, “consenso”, “empoderamento”, “governança” – produz também um apagamento da historicidade de conceitos como conflitos, participação e luta de classes.

Para Luis Acanda, o conceito de sociedade civil foi reapropriado com um sentido messiânico. A compreensão de seus atores e de sua dinâmica permitiria explicar determinados mecanismos sociais de disputas e consensos que permeiam as permanências e transformações das sociedades (ACANDA, 2006, p.16). Por ser um conceito permeado por diversas interpretações, permite múltiplas aplicações, inclusive por autores com perspectivas antagônicas.

O conceito de sociedade civil também tem sido utilizado para compreender e explicar tensões entre o público e o privado. No contexto latino-americano da década de 1980, passa a ser utilizado para contrapor os interesses do Estado aos interesses privados, ou seja, de segmentos e frações de classe representados fora da esfera estatal como associações, sindicatos, partidos e, por que não, empresas. A esfera de atuação do Estado é tida, nesse contexto, como limitadora de processos de emancipação e de efetivação de direitos sociais. Diante das pressões por desregulamentação, em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico, reformas administrativo-gerenciais (MELO; FALLEIROS, 2005) dão novos contornos às políticas públicas, que passam a ser focalizadas e de cunho assistencialista, mas, ao serem potencialmente aplicadas por atores não estatais, sociedade civil ou terceiro setor, adquirem também a forma de serviços oferecidos à população, abrindo espaço para múltiplas maneiras de atuação do mercado.

Mészáros (2011) entende essa disponibilização de recursos públicos colocados à disposição do capital e a nacionalização dos prejuízos como elementos do processo que envolve a manutenção das garantias de sobrevivência do sistema do capital. O papel do Estado, após sua “retirada” amplamente defendida pelo ideário neoliberal em razão de uma suposta ineficiência nos gastos públicos, vem sendo assumido paulatinamente por organizações presentes na sociedade civil, cuja origem/patrocínio também é empresarial, e vem dando os contornos às novas formas de enraizamento dos valores do mercado nas esferas locais. A geração de renda não se faz acompanhar por melhorias no acesso a direitos básicos de qualidade, mas vem representando um relativo aumento no poder de consumo de mercadorias sem desconcentrar a renda.

A recorrência às políticas de geração de renda, mas não da riqueza, é funcional, pois naquelas o aumento do consumo é fundamental para o sistema. Da mesma forma essa funcionalidade se evidencia na apologia a um modelo de crescimento econômico com tecnologias “limpas” sem pôr na arena de debate a quantificação dos ganhos, sua apropriação (quem ganha, o que ganha e quanto ganha) e uma qualificação que incorpore transformações na relação dos seres humanos com a natureza. Um exemplo disso é o discurso de que o crescimento deve “beneficiar” a todos, cuja presença se dá nas apologias ao mercado de crédito de carbono e nas políticas de REDD (Reduce Emissions for Deforestation and Degradation ou Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação), que agregam valor econômico à natureza, sob a forma de “floresta em pé” ou de “desmatamento evitado”. Esse posicionamento desconsidera as questões causadoras da insustentabilidade: concentração da propriedade, exploração do trabalho no campo, produção voltada para monoculturas e pecuária intensiva ou os desmates “legais” garantidos pelo novo Código Florestal. A “economia verde” justifica assim as desigualdades da propriedade do capital e cria novas formas de relação com a natureza para compensar minimamente segmentos sociais – agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, pequenos extrativistas e indígenas – que perdem ou têm cada vez menos controle sobre o seu acesso à natureza.

O discurso do esgotamento dos recursos naturais reproduzido pela mídia e por uma parcela do movimento ambientalista, de acordo com Leonardo Neves (2012), está inserido em um conjunto de interesses descolados de uma ideia de utilização mais equilibrada desses recursos, mas é funcional para a atual fase da globalização do capital. As negociações em torno da utilização desses recursos estão inseridas em um conjunto maior de negociações que envolvem acesso à mão de obra, isenções fiscais, flexibilização de limites de poluição e contaminação, e escoamento da produção. São interesses especulativos do capital financeiro no mercado de commodities, que tomam como variável “os efeitos desconfortáveis da substituição dos minerais tradicionais pelos metamateriais, os sintéticos, resultado da inovação tecnológica e da

pesquisa científica”⁴ (NEVES, 2012, p. 1). A fetichização da técnica – inovação tecnológica, mercado de carbono, “poluição ótima” – e da sociedade civil é um artifício recorrente para o silenciamento sobre as implicações ambientais e sociais do processo produtivo.

Estratégias que criam novas quantificações, denominações para a natureza e para a degradação ambiental revelam o empenho do setor produtivo mundial – estatal e não estatal – em manter os níveis de crescimento das economias, ou seja, da riqueza, mas com uma “sensibilidade” socioambiental (diante das demandas da lógica de crescimento das economias). São estratégias que passam ao largo da identificação e real responsabilização dos atores ou questionam formas de quantificar a natureza, no sentido de transformar padrões de consumo insustentáveis em longo prazo, mas que apontam para formas de mitigação das consequências devastadoras do ritmo de produção do capital.

Denominações como economia verde, modernização ecológica ou governança global, aliadas a inovações institucionais – gestão pública, ecoimpostos, créditos públicos, por exemplo –, são respostas “com base na suposição de que a crise ecológica pode ser superada através da inovação tecnológica e processual, de instrumentos de mercado, da colaboração e da construção do consenso.” (FURTADO; STRAUTMAN, 2012, p. 39).

Partindo do pressuposto de que a qualidade e a eficiência são categorias construídas socialmente (ALIER, 2009), e mantendo a lógica do capital, a

(...) estratégia para convencer os setores empresariais a adotar práticas “sustentáveis” é, em geral, a de apelar para a própria lógica de mercado, que hoje em

⁴ Leonardo Neves (2012) evidencia essas novas modalidades de negociação que até então não constavam das carteiras de investimento no mercado de futuros. “O Deutsche Bank negocia rutênio, um obscuro metal usado em canetas tinteiro, e está se expandindo para negociar o ródio, usado em catalisadores. Há contratos para o lítio e outros metais raros empregados nos carros híbridos e elétricos. Uma lista do Crédit Suisse parece um livro de ciências: alumina, cobalto, molibidênio, ferrocromo e vanádio.” (NEVES, 2012, p. 5).

dia beneficiaria mais, em termos econômicos, aquele que não “desperdiça” recursos, contendo seus gastos em energia, água e em matérias-primas extraídas do meio ambiente (BEZERRA, 2006, p. 94).

Agenda 21 Local Itaboraí e o Comperj

O processo de construção da Agenda 21 Local no Município de Itaboraí teve início em 2006, com o projeto “Comunidade Construindo sua Agenda: Itaboraí se mobiliza para a construção da Agenda 21 Local” proposto e elaborado pela organização não governamental RodaViva.

A partir de 2007, com a escolha do Município de Itaboraí para sediar a construção do Complexo Petroquímico da Petrobras, empreendimento com importância estratégica para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2006 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, a empresa Petrobras incorpora a Agenda 21 Local de Itaboraí. Desde então, a metodologia da Agenda 21 é utilizada

como um roteiro estruturado para o diagnóstico socioparticipativo e proposição de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que expresse o consenso das preocupações e potencialidades econômica, social e ambiental, de governantes, empresários, lideranças da sociedade civil e cidadãos (Grupo Gestor da Agenda, 2006, p.1).

A fusão das duas Agendas 21, sob coordenação do Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj coordenado pela Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Ambiente, teve como objetivo

construir condições para que a sociedade civil e governos da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) se organizem e se preparem para receber os grandes investimentos e aumento da atividade econômica na região. Para isso é necessário aumentar o Capital Social com o fortalecimento da rede de relacionamento entre pessoas e organizações, a partir de espaços em que todos os setores sociais possam expressar e discutir permanentemente suas preocupações, e como aproveitar as oportunidades com responsabilidades

compartilhadas, para justiça social e ambiental (idem, p.1).

Com o início de suas atividades previsto para o ano de 2014, esse megaempreendimento, que ocupa uma área de aproximadamente 45 quilômetros quadrados, envolve direta e indiretamente os municípios de Itaboraí, Magé, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Saquarema e Rio de Janeiro.

Com o objetivo de refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado originado da bacia de Campos (Marlim), os impactos socioambientais sobre a região são consideráveis. Destacam-se a utilização dos rios Macacu e Caceribu para escoamento da produção e a vazão total prevista para o empreendimento de 1,5 mil litros de água por segundo⁵; construção de emissário submarino para destinação dos resíduos; emissões aéreas altamente poluidoras⁶; realização de arbitrários processos de desapropriações da população local; crescimento urbano desordenado; promoção de déficit no abastecimento de água não apenas para o município, mas também para os do entorno. Esses são alguns dos elementos que delineiam o conflito em torno de um empreendimento construído em parte de um território constituído por 22 áreas naturais protegidas no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. A Área de Preservação Ambiental – APA de Guapimirim será diretamente atingida. Criada em 25 de setembro de 1984, pelo Decreto Federal nº 90.225,

⁵ Carlos Minc, secretário de Estado do Ambiente, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 30/05/20, anuncia que a água utilizada no COMPERJ será de reuso. Para atender à demanda, o esgoto da Estação de Tratamento de Esgoto Alegria, no Caju (Rio de Janeiro), “será tratado três vezes e transportado para o complexo através de uma adutora de 49 quilômetros. A tubulação sairá da ETE, passará pela Baía de Guanabara até a estação de tratamento de São Gonçalo e seguirá em mais 32 quilômetros por terra até Itaboraí”. Disponível em www.observatoriodopresal.com.br/?p=366 e www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=962938. Acesso em 29 out. 2013.

⁶ Ver Relatório de Impacto Ambiental – Rima – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Disponível em www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf. Acesso em 29 out. 2013.

(...) protege os derradeiros manguezais do recôncavo, assegura a manutenção das condições naturais de trechos da baía de Guanabara e a sobrevivência de uma população humana (sobretudo pescadores e caranguejeiros) que mantém características tradicionais no convívio com o ambiente (GIULIANI; PINTO, 2008, p. 11).

Diante desse contexto, a Agenda 21 Comperj subdivide-se em Agendas Comperj municipais, que passam a ser fóruns para apresentação do projeto da empresa e, utilizando a metodologia da Agenda 21 de setorialização e formação de consensos, buscam relacionar-se e mobilizar as populações locais – representantes do poder público, da iniciativa privada, de ONGs e da comunidade (KRANZ, 2012).

A realização de observação não participante durante os fóruns locais da Agenda, no período entre 2011 e 2012⁷, permitiu perceber que esse instrumento, sob a lógica da participação setorizada, vem sendo ocupado cada vez mais por representantes do setor comunidade. Essa participação é permeada por debates e conflitos relativos aos problemas locais como violência, desemprego, transporte, educação e as consequências da instalação do Comperj na cidade.

Por mais que as reuniões do fórum, como são chamados os encontros da Agenda 21, contem sempre com um ou dois representantes do Comperj, enquanto segundo setor, a presença do terceiro setor é sempre em maior número.

Após a elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), finalizado em 2011, a expectativa do terceiro setor é de implementação do mesmo. As dinâmicas dos fóruns⁸ revelam que os conflitos envolvem ausência de diálogo entre o poder público local – prefeitura e câmara dos vereadores – no sentido de pôr em prática, via políticas públicas, as demandas diagnosticadas, debatidas e organizadas no PLDS. Portanto, a visibilidade já está posta, embora isso possa

⁷ A pesquisadora realizou observação não participante em sete reuniões da Agenda 2 Local de Itaboraí.

⁸ As reuniões da Agenda 21 Local de Itaboraí continuam ocorrendo.

representar, em determinados momentos, uma exposição arriscada e perigosa diante dos conflitos e dos interesses em jogo.

Grandes empreendimentos, seus impactos e a produção de invisibilidades

Os impactos socioambientais decorrentes da instalação das empresas (desapropriações compulsórias, aumento da demanda por água, poluição das águas e do ar, riscos à saúde), que afetarão de maneira desproporcional a localidade e as formas de subsistência da população, podem ser relativizados, e de certo modo considerados invisíveis, a partir da construção de uma suposta visão comum e harmônica em torno das ideias de progresso, desenvolvimento econômico, definição de sustentabilidade, já dada a priori ao município e materializada com a Agenda 21. A fim de evitar ou controlar possíveis dissonâncias que possam comprometer ou onerar a realização dos interesses de classe do grande capital e de suas frações locais, um jogo semântico com implicações nas ações políticas se dá, no sentido de produzir maior ou menor controle sobre as formas de resistência em decorrência dos possíveis impactos.

Em agosto de 2011, a refinaria da Petrobras em Duque de Caxias – Reduc – descartava poluentes no rio Iguaçu, atingindo a vegetação e o manguezal (353 hectares) que margeiam a região. De acordo com as substâncias coletadas pelos fiscais da Delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Federal, nas águas do rio estavam sendo lançados “níveis de óleo, graxas e fenóis ‘muito acima’ dos limites legais. A origem dos detritos era o petróleo da refinaria.” Três meses depois, no retorno dos fiscais à refinaria, verificou-se o despejo de água negra no mesmo rio: óleos, graxas, sólidos sedimentáveis, fenóis, nitrogênio amoniacal (ESCOSTEGUY; ROCHA; RAMOS; LOYOLA, 2012).

Nesse recente episódio, onde foi comprovada a desativação das estações de tratamento⁹ de dois dos principais terminais da Petrobras, entre

⁹ As estações de tratamento – de Ilha Grande e de Cabiúnas – têm a função de “retirar o máximo possível da água negra que lá chega misturada ao petróleo extraído das plataformas. Desses dois terminais, o óleo segue para as refinarias. Quanto mais puro chegar a elas, menor o custo de produção da Petrobras – e, potencialmente, maior o lucro. Como elas armazenam petróleo e

declarações¹⁰ e reconhecimento de falta de fiscalização e de funcionários por entidades governamentais, é construído o desenvolvimento sustentável no país.

Questões ambientais e sociais não podem ser obstáculo¹¹, e dificilmente o foram, para o desenvolvimento do capitalismo. A centralidade da produção do petróleo para o sistema (SERRÃO, 2012), muitas vezes, é

água negra nos mesmos tanques, a água negra apenas ocupa o espaço que deveria ser do petróleo. Portanto, quanto mais água negra misturada aos tanques, menos a capacidade de produção da refinaria. De modo que empresas como a Petrobras têm todo o incentivo para se livrar dela sem o devido cuidado” (ESCOSTEGUY; ROCHA; RAMOS; LOYOLA, 2012).

¹⁰ Declaração do gerente executivo da Petrobras na área de meio ambiente em seu depoimento dizendo “não saber que as estações de tratamento de dois dos principais terminais da Petrobras estão desativadas”. (idem)

¹¹ Em março de 2012, o analista ambiental do Instituto Chico Mendes - ICMBio, Breno Herrera, é exonerado da chefia da Área de Proteção Ambiental – APA de Guapimirim, pela Ministra do Meio Ambiente (MMA), Izabella Teixeira. Fontes do MMA revelaram que a medida visa “rever posição da equipe da APA sobre a passagem de embarcações para transporte de equipamentos pesados para o COMPERJ pelo leito dos rios da APA de Guapimirim, e às margens da Estação Ecológica - ESEC Guanabara – outra unidade de conservação federal existente na mesma região”. Esse tipo de intervenção, para alguns consensos ou visão comum, resultou de uma articulação em função da resistência criada pela negação do IBAMA, em 2006, do pedido de licença ambiental para o transporte fluvial dentro das unidades de preservação. À época, foi emitida autorização com a ressalva de não haver intervenções na área. Esse conteúdo foi reproduzido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA – no licenciamento ambiental para o empreendimento. Na busca por uma alternativa, a empresa solicitou, e obteve, licença para a construção de um porto no Município de São Gonçalo, de onde o equipamento pesado seria transportado via terrestre até o Complexo. Com a posterior subutilização desse porto, o mesmo seria utilizado como possível terminal de barcas entre São Gonçalo e Niterói e como escoadouro para os pescadores da região. Contudo, a empresa realizou novo pedido de utilização dos rios em 2011. “Em reunião do Conselho Consultivo da APA para discutir o assunto, os responsáveis técnicos pelo projeto da Petrobras apresentaram seus estudos ambientais, nos quais afirmam textualmente que as intervenções no interior e nas margens das unidades de conservação produziram apenas ‘impactos indiretos’. Na ocasião, foram repreendidos pelo ICMBio pela possível prática de prestação enganosa de informações.” (Disponível em <http://rogeriorocco.blogspot.com.br/2012/03/ministerio-do-meio-ambiente-cede.html>)

tornada invisível, assim como seus efeitos para a natureza e para a existência humana. Da ausência de massificação de fontes de energias menos poluentes às tentativas de dotar de certa invisibilidade os impactos e as populações atingidas pela indústria do petróleo, temos uma gama de atores sociais e estratégias em disputas.

Entretanto, desses espaços dialéticos podem surgir forças sociais com capacidade política para assumir o fazer histórico sobre bases socialmente mais justas.

Parceria, consenso e diálogo andam dialeticamente de mãos dadas com o enfrentamento, a dissensão e o conflito. Democracia é saber trabalhar estas dimensões numa relação entre aparato estatal e sociedade civil em que a identidade destes seja preservada e a autonomia da segunda seja estimulada diante de uma história opressora, autocrática, paternalista e assistencialista do Estado brasileiro (LOUREIRO, 2003, p. 142).

O alto custo socioambiental da indústria petroquímica, em relação aos seus benefícios, provoca conflitos e resistências que podem comprometer a suposta harmonia presente no “novo paradigma” da atual etapa do capitalismo. Dessa forma é fundamental questionar: Sob que condições sociais, políticas e ambientais e com quais mecanismos se constrói o atual padrão de produção e de acumulação?

Considerando a Agenda 21 uma resposta elaborada para dialogar e enfrentar os desafios de questões que envolvem produção e consumo, a construção da sustentabilidade capitalista ganha contornos que primam pela racionalidade do mercado. Para Samyra Crespo¹²,

a Agenda 21 Global até hoje é considerada por aqueles que atuam no campo do desenvolvimento sustentável como um dos documentos de referência que orientou e orienta ainda governos nacionais e locais, bem como outros segmentos sociais (empresas e organizações da sociedade civil, por exemplo), no planejamento e execução de ações que buscam promover um novo

¹² No período exercia o cargo de secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

paradigma de usos de ativos ambientais nas sociedades contemporâneas (CRESPO, 2011, p. 3).

Nesse “novo paradigma” o papel do Estado é fundamental, não como garantidor de direitos universalizantes e bem-estar, mas como “gestor dos interesses” em nome das futuras gerações. Sob esta perspectiva, o desenvolvimento sustentável no Brasil se fará por “meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de garantir o uso racional de nossos recursos (...)” (Agenda 21 Brasileira – avaliações e resultados, 2012, p. 10).

No entanto, podemos destacar algumas transformações recorrentes em regiões onde ocorreu a instalação de empreendimentos desse porte: favelização, migrações, aumento da criminalidade, falta de infraestrutura urbana para comportar o adensamento populacional e ocupação desordenada do território.

As empresas, principalmente do setor industrial, precisam cumprir uma série de requisitos e condições estabelecidos pela legislação ambiental, presentes na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, e suas posteriores alterações, para obtenção de licenças por parte do Estado. Sob a perspectiva que busca “harmonizar” um modo de produção de mercadorias com preservação do meio ambiente e a ideia de equilíbrio ecológico, essa política estabelece instrumentos de planejamento e gestão ambiental de caráter corretivo e preventivo¹³.

Sabendo que a gestão ambiental não é neutra, Quintas (2006) observa que praticar a gestão ambiental é mediar interesses e conflitos entre atores sociais e seus reflexos sobre o meio. É um processo de definição e

¹³ “Os instrumentos corretivos são, por exemplo, as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação do meio ambiente, podendo ser convertidos em multas. Há também a auditoria ambiental, que é um instrumento de avaliação do comportamento das empresas em relação ao meio ambiente. Os instrumentos preventivos – zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, entre outros – são ações que visam à prevenção dos danos através da implementação de uma política de planejamento que alia visão técnica e científica sobre o meio ambiente à racionalidade política fundamentada nos preceitos do *desenvolvimento sustentável*” (BRONZ, 2011, p. 30, grifos da autora).

redefinição de práticas que provocam alterações no meio ambiente e que conseqüentemente distribuem os custos e os benefícios da ação antrópica sobre o meio.

Neste sentido, a inserção de esferas supostamente participativas em políticas públicas e programas de responsabilidade socioambiental das empresas não é um processo resultante de um comprometimento do capital com as conseqüências do modo de produção, mas sim de avanços em torno de disputas que estão

além de “ideias racionalizadas em planos escritos” e de procedimentos de “rotinização”, (pois) os processos de licenças ambientais se constituem a partir de ações, formas de intervenção social, práticas, apreendidas no cotidiano das relações sociais, em espaços informalmente regulados por uma complexa rede de agentes e organizações que operam em diversas escalas (BRONZ, 2011,p.33).

No entanto, nessa “complexa rede de agentes e organizações”, estão inseridas as múltiplas formas de articulação das empresas para responder aos danos sociais e ambientais causados por seus investimentos. Sem pôr em questão a otimização dos lucros e, em nome deste, consumir de forma eficiente a fim de evitar desperdício de capital, nas estratégias para a obtenção de licenças ambientais para empreendimentos, muitas vezes é feita uma apropriação da educação ambiental de forma acrítica e ingênua (QUINTAS, 2006), pois, através de práticas prescritivas, buscam-se mudanças comportamentais, individualizando os sujeitos e omitindo ou descaracterizando as condições históricas e políticas das ações sociais. A proposição de uma visão fragmentada da realidade, setorializada dos sujeitos e de seus interesses, presente em projetos patrocinados por empresas ou resultantes de TAC (Termos de Ajustamento de Conduta), é funcional para o enfraquecimento e organização das lutas e ações coletivas e para a ampliação da sociabilidade hegemônica do capital. A aceitação e a adesão a essa nova sociabilidade do capital, por parte da classe expropriada dos benefícios do modelo de desenvolvimento, podem ser realizadas por estratégias pedagógicas de caráter local.

O Programa de Educação Ambiental, por exemplo, que consta no Relatório de Impactos Ambientais do Comperj (Rima Comperj), está voltado para um grupo específico, “as comunidades vizinhas ao empreendimento”, que por meio da educação podem realizar “um trabalho sistemático, planejado e controlado”. Para tanto, as oficinas a serem realizadas nas escolas contarão com “material didático adequado, apresentação de vídeos e realização de debates”. “O objetivo do programa é despertar a sensibilização sobre a proteção e respeito ao meio ambiente, visando à conservação de recursos naturais” (Rima Comperj, p. 125).

Mesmo a realização efetiva de projetos voltados para a educação ambiental, conforme abordado acima, não é garantia de um conjunto de relações mais justas e ambientalmente mais responsáveis entre capital e trabalho, nem entre capital e natureza. Determinados usos de projetos, cuja temática é a educação ambiental, podem ter um caráter assistencialista (LAYRARGUES, 2006), pois nem sempre se definem os pressupostos políticos e ideológicos dos conceitos utilizados, sendo, dessa forma, seus fins permeados por uma fragilidade conceitual e voltados para o “despertar” e para o “respeito” ao meio ambiente buscando igualar poluídos e poluidores, explorados e exploradores. Assim, mitigam-se os efeitos perversos de determinados empreendimentos e potencializa-se a invisibilidade dos impactos sobre populações vulneráveis.

Por outro lado, setores ligados ao movimento ambientalista, pescadores e gestores das áreas protegidas, são outros atores que têm posto os impactos na arena de debates sob a perspectiva do conflito, evidenciando que a disputa está nas formas excludentes de produção e de reprodução social.

A crescente utilização da baía de Guanabara e de seu entorno, por empreendimentos não apenas altamente poluidores, mas também especuladores, vem provocando problemas urgentes para as condições de vida das populações locais. Alexandre Anderson, importante liderança da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), que tem garantido o direito de escolta pelo governo do Estado, incluindo de sua família, afirma que

a instalação de dutos e terminais na lâmina d'água da baía espantou o pescador, criou zonas de exclusão proibidas a embarcações pesqueiras – justamente nos espaços que costumavam ser mais piscosos – e está praticamente inviabilizando a pesca artesanal, ocupação que garante o sustento de cerca de três mil famílias na região (Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2012, p. 8)¹⁴.

Breno Herrera, gestor da APA Guapimirim, denuncia, em 2012, a pressão psicológica e moral que vem sofrendo para ser condescendente com as violações e impactos sobre a região. Embarcações de grande porte terão que passar pelo rio Guaxindiba e para isso será necessário dragar o rio, removendo sedimentos contaminados com metais pesados, além de cortar as margens dos rios, estreitos para as grandes embarcações, o que significa cortar áreas de manguezais de um sistema protegido por legislação federal¹⁵.

O discurso oficial assume a racionalidade do mercado como parâmetro de mediação entre ser humano e natureza, garantindo assim práticas que representam a monetarização da natureza e das relações sociais¹⁶.

¹⁴ Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, ano 7, n° 34, set./out./nov.2012. Disponível em <http://bit.ly/JornalCRP-RJ34>. Acesso em 05 jan. 2013.

¹⁵ Vídeo *Rio: baía de todos os perigos*. Disponível em www.youtube.com/watch?v=7IU.

¹⁶ Em 2009, o então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse sobre o Comperj: “Não vai fazer uma gota de poluição na baía de Guanabara. Zero poluição química (...). Montamos 15 processos de Agendas 21 em todos os municípios do entorno e, como vai ter muita concentração ambiental – digo isso como alguém que licenciou o Comperj –, essa Agenda 21 já surge com bala na agulha, com sustentabilidade econômica.(...) Elas vão resultar em um plano de desenvolvimento da área do Comperj. E isso vai significar uma prioridade, porque você não vai conseguir fazer um hospital em cada município, uma escola técnica em cada município. Três municípios vão ficar com uma escola, outros três com o hospital, mais três com um museu. Na verdade, você vai distribuir, a partir das Agendas 21 locais e dos planos de desenvolvimento sustentável de cada um desses municípios e mais quatro.(...) Não há necessidade de cada um ter uma escola técnica.(...)” (Entrevista ao Jornal *O dia*, 27/06/2009. Disponível em <http://www.forumcomperj.com.br/noticias.asp?param=ver&idNoticia=66&busca=Agenda>. Acesso em 27 dez. 2012).

Entender os usos de algumas dessas estratégias – materiais e discursivas – e construir uma perspectiva sobre as relações determinantes e determinadas por esses usos é nosso objetivo. Reconhecemos que esses usos estão imersos em um conjunto de relações. São essas relações que buscamos compreender e dar visibilidade.

O que está em jogo nesses usos são formas de internalização das questões sociais, políticas, econômicas e ambientais derivadas dos processos de socialização inerentes ao conjunto da sociedade, mas que, diante de disputas por hegemonia, sob um modo específico de produção, os sujeitos sociais constroem e reconstroem suas representações sociais norteadoras de novas práticas.

Participação e empoderamento: construindo representações ao longo da Agenda 21

A relação entre cidadania e questões ambientais vem construindo um importante campo de análise, pois é também a partir de temas ambientais que parcela da população está conseguindo maior mobilização e conquistas no espaço público. Mas essa maior visibilidade de demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica e política, a partir da participação nas arenas públicas, é capaz de produzir mudanças nas estruturas de poder local e nas agendas de prioridades da política, principalmente na esfera municipal? Ou temos, contemporaneamente, novos arranjos institucionais que permitem um mapeamento dos conflitos sociais, identificação de lideranças e, por meio de chamados processos participativos como fóruns locais e regionais de discussões, audiências públicas, cursos de capacitação e gestão públicas, além de outros instrumentos de uma política descentralizadora, um maior controle, agora local, das questões sociais?

A construção de “novas” práticas diante de um cenário de “crise” ajuda a compor o quadro geral no qual nossa análise se encontra. A palavra agenda deriva de agere cujo significado é “colocar em movimento, fazer, agir”¹⁷. Após a Rio 92 e com a composição de documentos como a Carta da Terra, as Convenções da Biodiversidade do Quadro das Nações

¹⁷ www.origemdapalavra.com.br

Unidas sobre a Mudança do Clima e o Tratado de Educação Ambiental, a questão que se colocava era como agir para realizar o desenvolvimento sustentável para o século 21.

A Agenda 21 Local do Município de Itaboraí foi abraçada pelo terceiro setor como forma de mobilizar politicamente a população local e criar mecanismos de participação e de controle social sobre as ações do executivo no sentido de criar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.

Porém, esse instrumento é dotado de uma ambiguidade permitindo sua utilização na implementação da política de responsabilidade socioambiental de empresas, pois, no caso estudado, a Petrobras fez dela “(...) parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo com os 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj” (Agenda 21 Itaboraí, 2011, p.16)¹⁸ e, de acordo com a empresa, “uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região” (idem, p. 17).

Por mais que tenha sido concebida como uma ferramenta de ação, possui premissas que buscam uma forma determinada de caracterização das causas e soluções para os problemas ambientais. O viés mitigador e compensatório desse instrumento adquire uma extraordinária funcionalidade enquanto estratégia de controle dos conflitos já existentes e que podem ser potencializados com um empreendimento altamente poluidor e insustentável do ponto de vista socioambiental, a partir de uma ideia de gerenciamento adequado da natureza.

A metodologia utilizada pela Agenda 21 foi criada pelo ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives), uma agência técnica e de treinamento que produz programas cujo objetivo “é prover apoio direto aos governos locais, para ajudá-los na gestão das tarefas técnicas e administrativas de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, incluindo a coordenação com os

¹⁸ Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>. Acesso em 27 fev. 2012.

participantes locais.” (KRANZ, 2012, p.18). A criação de instrumentos e procedimentos de gestão visava à sua aplicabilidade em diversas localidades.

Neste modelo de gestão, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “(...) o desenvolvimento que distribui os serviços básicos ambientais, econômicos e sociais a todos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas dos quais estes serviços dependem” (KRANZ, 2012, p. 20).

A partir de uma ideologia que elege a técnica como parâmetro para a construção do consenso, pois repolitiza categorias sociais, vontades, visões de mundo sob a forma de diagnósticos descolados de qualquer causalidade histórica, e, quando as vocações históricas da localidade são trazidas para o presente, estas são ao mesmo tempo traduzidas, pela Agenda, como competências, recursos e produtividade local, reforçando uma visão pragmatista e empreendedora (Agenda 21 Itaboraí, 2011, p. 35).

O seu enfoque sistêmico que requer ir “às causas subjacentes aos problemas e englobam todo a sistema fechado” (KRANZ, 2012, p. 22) permanece no campo discursivo, além de contribuir para a adesão ao “novo paradigma de uso dos ativos ambientais” (CRESPO, 2011). A abordagem presente nos documentos da Agenda 21 reforça, sob uma perspectiva ideológica individualizante, uma concepção de ser humano a-histórico. Um ser humano abstrato, genérico, indeterminado pela estrutura de classes em sua ação social, mas funcional para o capital desterritorializado e desterritorializante no contexto da globalização.

A utilização do conceito de “cidadão globalizado” permite ressignificar as relações sociais desiguais, negando as lutas como motor da mudança social, situando-se, portanto, no processo de “apagamento” dos conflitos. A utilização de uma linguagem figurativa contendo expressões coletivo-participativas, tais como “estamos todos no mesmo barco”, “nosso futuro comum”, “espaçonave Terra”, “visão de futuro”, é essencial para criar discursos e práticas que não problematizam responsabilidades causadoras da “crise”, mas “socializam” os prejuízos (LAYRARGUES, 2012)¹⁹.

¹⁹ Sobre a ideologia no ambientalismo e as estratégias discursivas na produção de um “sujeito oculto” responsável e vítima da crise ambiental, ver Revista IDeAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

Partindo do pressuposto de uma equidade no processo de responsabilização pelos danos ambientais, no qual, por exemplo, as empresas e os pequenos consumidores têm a mesma responsabilidade pelos impactos ambientais, a ideia de empoderamento trazida por esse instrumento pode ser funcional para reforçar nas relações de poder local a racionalidade econômica/mercantil que é potencialmente causadora da crise ambiental. Apesar dos inúmeros exemplos concretos dos danos das indústrias mineradora, siderúrgica, petrolífera e do agronegócio sobre o ambiente local, são as populações locais aquelas potencialmente responsabilizadas pela proteção e conservação da natureza.

Uma “integração subordinada das comunidades locais” (ACSELRAD, 2010) – diante de empreendimentos potencialmente geradores de emprego, renda e melhorias sociais, ambientais – é a condição para a realização do crescimento econômico nos moldes atuais. “A ‘chantagem locacional dos investimentos’ é o mecanismo central, nas condições de liberalização hoje prevalentes, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas” (idem, p.9).

O complexo petroquímico instalado na região necessitará de um volume de 1.500 litros de água por segundo e promete viabilizar o fornecimento de água para os habitantes²⁰. O argumento empregado pela Petrobras e pelo governo estadual acerca da utilização de água de reuso, em um território dotado de precário fornecimento de água e escoamento e tratamento de esgoto inadequados²¹, significa desonerar o poder público de garantir um direito e transferir a gestão da água para a esfera privada.

O tema participação é central nessa nova institucionalidade – Agenda 21 Local – e considerado fundamental desde a criação dos diagnósticos locais para se reconhecerem as “preocupações e potencialidades” do local até a execução dos planos locais. No entanto, a forma como a participação se legitima está condicionada aos conceitos de parceria e

LAYRARGUES, P. P. “A crise ambiental e suas implicações na educação”. Disponível em http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_25.pdf. Acesso em 10 dez. 2012.

²⁰ Dados disponíveis em www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=962938. Acesso em 29 out. 2013.

²¹ IBASE. **Indicadores da cidadania vivida**. Rio de Janeiro: IBASE, 2012.

Revista IDEAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

consenso entre os setores, ou seja, entre poder público, mercado e população local. Pois a ideia de participação idealizada na Agenda 21 é aquela capaz de desconstruir o consenso com base na noção de harmonização social tão necessária para a estabilização do conflito, sob um enfoque funcional-positivista.

A suposta harmonização em torno de uma visão comum da localidade e das relações sociais é considerada um dado da realidade e que “deve” ser alcançada como condição para a existência do próprio formato institucional. As bases sobre as quais se realizam os acordos e as negociações para formar os consensos da Agenda 21 não são a visão de totalidade nos processos de escolhas dos sujeitos em um conjunto de relações assimétricas de poder político e econômico. O controle dos comportamentos politizantes nesse instrumento impede, muitas vezes, um questionamento crítico e transformador das relações sociais. Neste caso, dar visibilidade ao conflito, mas de forma contida e ressignificada, representa, na prática, subordinar os interesses locais aos interesses do mercado.

No contexto do Município de Itaboraí, entendemos que a participação na Agenda 21 permitiu que as lideranças locais pudessem construir conhecimentos – teóricos e práticos – sobre os eixos temáticos típicos desse tipo de documento. O conceito de sustentabilidade socioambiental é considerado na presente análise como um processo e, por isso, resultado construído da relação entre pensamento e ação, reflexão e prática, teoria e práxis. Sendo um processo dialógico e democrático, os conflitos, as diferenças e as contradições são partes instituidoras desse processo.

O terceiro setor da Agenda 21 Itaboraí é formado em sua maioria por lideranças comunitárias e uma organização não governamental²². A condição para participação na qualidade de liderança é ser referendado

²² No documento Agenda 21 Itaboraí consta como terceiro setor as seguintes organizações: Associação de Moradores do bairro Retiro São Joaquim; Associação de Moradores de Morada do Sol; Associação de Radiodifusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí; Associação de Moradores do Bairro Esperança; Associação de Moradores e Amigos de Sambaetiba; ONG Guardiões do Mar; Associação de Moradores do Outeiro das Pedras. A pesquisa entrevistou os representantes das respectivas associações com exceção da ONG Guardiões do Mar. Disponível em www.educacao.ufrj.br/dlidadeguer.pdf.

por suas respectivas associações. Essa representatividade engendra um conjunto de relações pautado pela experiência de cada lugar social ocupado pelas lideranças. São representantes de suas comunidades diante da qual assumem o papel de lideranças que detêm uma legitimidade política enquanto canal para o atendimento de demandas locais. Algumas lideranças são membros de conselhos municipais e atuam em parceria com o poder local para a garantia de direitos sociais básicos.

No entanto, o protagonismo do terceiro setor contrasta com a omissão do poder público em legitimar o papel desse espaço de debates como orientador de políticas públicas. No lugar não ocupado pelo poder público local é a iniciativa privada que passa, junto com as lideranças locais, a elaborar os planos e projetos para o município. O planejamento do desenvolvimento local passa a ter as cores do mercado.

A representatividade dos setores no interior da Agenda 21 Itaboraí é marcada pela fraca atuação do primeiro setor e constante presença de consultores do Comperj. Nesse vácuo de poder, a imagem da empresa junto à população está sendo trabalhada e a população cobra a ineficiência do governo. O conflito não é com a empresa, mas com o governo. Assim, a atuação sob a forma de parcerias encontra, na prática, dificuldades de se realizar.

Considerações finais

A Agenda 21, pensada e materializada na década de 1990, representou um passo importante no conjunto de institucionalidades – orçamento participativo, gestão participativa, conselhos municipais – que, à época, eram construídas como respostas, de cunho participativo e associativo, para as questões emergentes nas diversas esferas – social, ambiental, econômica e política. Seus resultados, as Agendas Global, Brasileira e Local, são fruto de embates, discussões e consultas públicas realizados por países, governos locais, movimentos sociais e instituições ligadas à defesa dos direitos, que, de formas diversas, optaram por incorporar a dimensão social à dimensão ambiental ou vice-versa.

Entendemos que, na área socioambiental, o modo de inserção do Brasil na economia globalizada foi traduzido pela Agenda 21. No

entanto, as mudanças postas em discussão por esse instrumento não comportam questionamentos de suas premissas. Qual modo de produção queremos? Que tipo de desenvolvimento? Mas evidenciam uma perspectiva reformista e de adaptação ao capitalismo globalizado, sob um modelo de desenvolvimento sustentável, sem, entretanto, viabilizar processos de mudanças estruturais que possam reverter o caráter predatório e insustentável do atual modo de produção e consumo. Essa premissa não está na pauta de discussão. A preocupação está em executar metas supostamente consensuais, mas agindo a partir de premissas previamente estabelecidas. Discute-se a ação e não o conflito. Uma característica desse instrumento é dotar de suposta igualdade de poder de decisão poluidor e poluído ou administração e população local, o administrado.

O estudo e o debate acerca das premissas e da metodologia da Agenda 21 evidenciaram a “fragilidade de sua filosofia consensualista” (BEZERRA, 2006, grifos do autor) e de seu poder de ação, enquanto uma agenda norteadora de ações. É a partir da metodologia e de suas premissas que este formato participativo impõe uma didática às formas de apreensão da realidade, ou seja, as possíveis leituras e interpretações do real. Uma lógica voltada para abordagens pragmáticas, a lógica de execução, distanciando-se ou evitando as questões de fundo como as desigualdades nas formas de apropriação e usos da natureza, dos territórios.

Apesar de ser pensado como um instrumento comprometido com o planejamento e a gestão participativa para políticas públicas, nossas observações de campo ao longo da pesquisa – nas reuniões do fórum Itaboraí – e nossas entrevistas²³, evidenciaram que alguns dos participantes não se veem fazendo política. Apesar de suas falas referirem-se à militância, à pressão junto ao poder público local para cumprimento dos planos e projetos elaborados pela Agenda 21, sua imagem e dinâmica são, discursivamente, tidos como neutros e apolíticos.

²³ As entrevistas com os representantes do terceiro setor da Agenda 21 de Itaboraí basearam-se em perguntas semiestruturadas acerca dos seguintes eixos temáticos: educação ambiental; desenvolvimento sustentável; participação social; Agenda 21 e formação de consenso.

A presença de consultores da Petrobras na maioria das reuniões, a partir do momento em que houve a fusão das duas Agendas, resultando na Agenda 21 Itaboraí, contribuiu para construção da imagem de neutralidade: “O site da Petrobras é neutro”; “O Comperj tem uma parte de transparência. Publica a documentação no site”; “A Agenda não se vota, mas se chega através do consenso”; “O enfrentamento é ruim”; “Vamos transformar isso em encaminhamento. Eu quero saber como é que resolve. Eu não estou fazendo nenhum juízo”. São exemplos do discurso dos consultores nas reuniões, evidenciando o caráter pedagógico de suas intervenções e orientações ao longo das reuniões do fórum em Itaboraí no sentido de reforçar uma perspectiva, presente no campo da educação ambiental, que defende a padronização de comportamentos mediante a produção de uma leitura, entre seus interlocutores, reificadora da mudança a partir de técnicas de resolução de conflitos e de criação de consensos (GUERRIEIRO, 2013). Nesta, as contradições não são evidenciadas nem tampouco superadas, posto que não promovem uma leitura crítica e complexificadora do real que relacione teoria e prática.

Em relação à mobilização política envolvendo os setores, mais especificamente o terceiro setor, formado em sua maioria por associações comunitárias, é possível identificar limites e potencialidades desse instrumento para a ampliação da participação política. Diante da quase total ausência de participação do primeiro setor na Agenda 21 do município, a realização das ações propostas torna-se inviável. O poder de decisão não está na Agenda 21. Foram construídas orientações para as políticas públicas – o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – com suas várias “ordens” – física, ambiental, social e econômica – e também meios de implementação. No entanto, nossas entrevistas evidenciaram que os “parceiros do desenvolvimento” não estão tão harmonizados na busca de um “futuro comum”.

Contemporaneamente, usos de canais de participação que evitam polarizações sociais não permitem dar visibilidade às relações de dominação, e sequer reconhecer-se como dominado ou dominador. Ao mesmo tempo, o distanciamento das lutas que incorporam o poder de Estado como objeto de conquista encontra apoio em formatos que institucionalizam uma participação que tecnifica as decisões.

Fragmentam-se e dividem-se os atores sociais como se esta divisão pudesse equilibrar as relações entre Estado, setor privado e sociedade civil, enquanto demandante da universalização de direitos.

Para os defensores dessa setorialização, esse processo seria mais eficiente para estimular uma participação de caráter mais propositivo, e não apenas reivindicativo. A socialização da política, sob a atual forma de globalização do capital, estaria “impondo” a parcela dos movimentos sociais uma “cultura propositiva” – que estabelece metas e objetiva “um agir ‘ativo’” – em substituição à “cultura da resistência” (GOHN, 2011, p. 54).

A crescente setorialização das políticas públicas, de acordo com Montaña (2011), é funcional para um delineamento das lutas dos movimentos sociais, fragmentando também os segmentos sociais e parcelando suas causas. No sentido inverso ao apontado pelas lutas e movimentos sociais que tomam como contraditórias as relações entre capital e trabalho e defendem a ideia de que o espaço da sociedade civil é um território de lutas e articulação entre as classes (MONTAÑA; & DURIGUETTO, 2011), a crescente flexibilização das formas de usos dos recursos e da degradação ambiental provocada pelos processos produtivos materializa-se no recuo do interesse público diante dos interesses do capital.

A análise dos documentos de referência para a elaboração das Agendas 21 Locais e as entrevistas nos permitiram identificar na experiência da Agenda 21 de Itaboraí uma dinâmica marcada por ambiguidades: a criação de um espaço participativo e educativo não formal, potencializador de mobilização, mas norteado por uma perspectiva de educação reformadora de comportamentos e reprodutora de práticas que se distanciam de um entendimento das causas estruturais das questões socioambientais. Sua funcionalidade para o “esverdeamento” do capitalismo contribui para a manutenção da submissão da sustentabilidade à lógica do mercado (GUERRIEIRO, 2013).

A Agenda 21 em questão integra o Projeto Agenda 21 Comperj e vem sendo utilizada como parte das estratégias para ambientalizar, não tanto as ações, mas os discursos das empresas na região. No entanto, a existência de um instrumento com poder de deliberar ações e projetos na

esfera da sociedade civil pode legitimar interesses e ações junto à mesma.

Assim, mesmo diante da “fragilidade de sua filosofia consensualista” em promover as parcerias, o documento da Agenda 21 Itaboraí ficou pronto e foi lançado em 2011. Os dois setores que vêm se “mobilizando” são o segundo e o terceiro, frequentemente mediados pelos consultores da Petrobras. Assim, os consensos, as parcerias e os diálogos se desenham na Agenda 21 Itaboraí. Nessa relação e diante da análise do documento, o segundo setor, com sua força representada pelo Comperj, amplia sua esfera de atuação como “indutor efetivo da configuração social e ambiental da cidade” (BEZERRA, 2006, p. 111).

Nesse contexto, o terceiro setor, ainda que conte com maior participação numérica nas reuniões, considera a sua participação limitada, do ponto de vista político, e, diante da fraca adesão do primeiro setor à Agenda 21, evidencia-se a ausência de parceria e consenso. A proposta de delegação de autoridade dos setores populares, historicamente excluídos das esferas efetivamente decisórias, ou seu empoderamento, premissa do formato, limitou-se à elaboração das propostas de ação, pois se ressentiu de um real poder de ação política no atual modelo democrático brasileiro.

Sua incorporação ao programa de relacionamento da Petrobras e a crescente ampliação do poder de ação da empresa junto às políticas públicas locais vêm permitindo que esse instrumento seja utilizado estrategicamente para o marketing ambiental da empresa. Ao compreendermos a Agenda 21 Local como um espaço pedagógico pautado por premissas e metodologia de resolução de conflitos, podemos perceber seu potencial educador para novas sociabilidades que utilizam como estratégia política a participação como condição para “harmonizar” crescimento econômico, proteção da natureza e justiça social, mas sob a perspectiva do capital.

Referências bibliográficas

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Revista IDEAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Revista Estudos Avançados**, vol.24, nº68, São Paulo, 2010.

Agenda 21 Global. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>.

Agenda 21 Itaboraí. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>. Acesso em 19 maio 2012.

ALIER, Juan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2009.

BEZERRA, Gustavo das Neves. Consensualismo e competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral;

BEZERRA, Gustavo das Neves (orgs). **Cidade, ambiente e política. Problematizando a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Rio de Janeiro, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CRESPO, Samyra. Apresentação. In: **Agenda 21 Brasileira. Avaliação e resultados. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA**, Brasília, 2011.

ESCOSTEGUY, Diego; ROCHA, Marcelo; RAMOS, Murilo; LOYOLA, Leandro. **Polícia Federal acusa Petrobras de poluir o oceano**. Disponível

em <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/09/policia-federal-acusa-petrobras-de-poluir-o-oceano.html>. Acesso em 10 jan.2013.

FURTADO, Fabrina; STRAUTMAN, Gabriel. Ambientalização dos bancos: da crítica reformista à crítica contestatória. In: PINTO, João Roberto Lopes (org.). **Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza – um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras**. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, 1ª ed., 2012.

GIULIANI, Gian Mario; PINTO, Raquel Giffoni. **As áreas naturais protegidas e o crescimento econômico em seu entorno**. In IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília-DF, 04-06 de junho de 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

GRUPO GESTOR DA AGENDA 21 COMPERJ. **Agenda 21 Comperj, 2007**. Disponível em www.petrobras.com.br/comperj. Acesso em 26 out. 2013.

GUERRIEIRO, Lídice de Barros. **Educação e visibilidade: saberes em construção na Agenda 21 do município de Itaboraí**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Múltiplas dimensões da desterritorialização. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp.171-234.

KRANZ, Patricia. **Pequeno Guia Agenda 21 Local**. Disponível em www.agenda21local.com.br. Acesso em 10 abr. 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos. F. Bernardo; Revista IDEAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, R. Souza (orgs.). In: **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A crise ambiental e suas implicações na educação. Disponível em http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_25.pdf. Acesso em 10 dez. 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. In: **Práxis Educativa**, vol. 4, No 1 (2009) Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewArticle/467>Acesso em 6 abr. 2012.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) In: **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência, volume II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Brasileira. **Avaliação e resultados**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, Brasília, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. – 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Leonardo C. Rocha. **A apologia do esgotamento: minerais e hidrocarbonetos**. 2012. Disponível em

Revista IDEAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

<http://www.docstoc.com/docs/120904420/ideias-para-o-artigo-de-recursos-minerais-e-de-hidrocarbonetos>. Acesso em 7 de jan. de 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAES/ FGV, 2001.

QUINTAS, José Silva (org.). **Pensando e Praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ª ed., Brasília: Ibama, 2006.

Relatório de Impacto Ambiental – Rima – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Disponível <http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf>. Acesso em 29 mai. 2013.

SERRÃO, Mônica Armond. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologias de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

Artigo recebido para publicação em:

15 de maio de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

21 de outubro de 2013.

Como citar este artigo:

GUERRIEIRO, Lídice de Barros. “Sociedade civil e mercado na Agenda 21: usos do poder local na construção pedagógica da hegemonia”. In: *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.